



ID: 116489533 04-04-2025 | EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO PROFIS.

Vai escolher a escola do seu filho? Pergunte quantos professores são efetivos



Opinião
Isabel Flores

A ideia de que o ranking serve para a avaliação pública do trabalho das escolas é uma visão enviesada e desinformada, de quem valoriza atitudes de apontar o dedo e envergonhar os aparentemente mais fracos. É uma forma desonesta de desvalorizar todo o trabalho desenvolvido no interior das escolas, todo o esforço dos alunos e das suas comunidades e reduz o bom e o mau a um exame, que é igual para todos, mas que não garante equidade a quem o realiza. Descurando que a aprendizagem se faz de muitos e diversificados momentos, que depende de uma diversidade de fatores que estão muito para lá das escolas e do seu poder de decisão.

Neste ano, o PÚBLICO, numa atitude meritória de fazer análises mais informadas dos dados, juntou uma informação que me parece da maior relevância – a percentagem de professores do quadro, ou seja, os que tendem a manter-se ano após ano na mesma escola. Garantir que é possível a estabilidade de pessoas é um exercício importante, pois só assim se consegue dar continuidade a projetos e estabelecer ligações fortes com alunos e suas famílias.

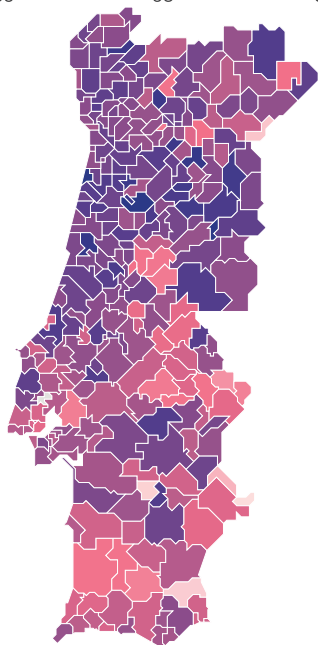
A análise destes dados revela que existe uma relação positiva relevante entre uma maior percentagem de professores do quadro e melhores resultados médios no 9.º ano. Aliás, de impacto semelhante às habilitações da média das mães. Esta análise é possível apenas para as escolas públicas, pois os privados não fornecem dados (nunca fornecem, insistem em permanecer caixas negras do sistema).

Em média, uma escola que pertença a um agrupamento que tenha mais de 80% de professores do quadro terá uma classificação final (2,9 valores) superior em 0,5 pontos a uma escola que pertença a um agrupamento que tenha até 60% de professores do quadro (2,4 valores).

Docentes do quadro em 2022/2023

% no 2.º e 3.º ciclos do básico e secundário dos agrupamentos e escolas não agrupadas com alunos matriculados nos 9.º e 12.º anos de escolaridade dos ensinos geral e artístico

Média por concelho
35 63 91



Médias dos exames no 9.º ano e estabilidade do corpo docente

	N.º de provas	Média nos exames	Limite inferior	Limite Superior
Até 60%	51	2,43	2,32	2,55
60% a 80%	511	2,75	2,73	2,78
Mais 80%	359	2,90	2,87	2,93
Total	921	2,79	2,77	2,82

Fonte: cálculos de Isabel Flores a partir de dados da DGEEC PÚBLICO

Esta diferença é muito expressiva, significa uma escola estar entre as 35% de topo ou entre as 15% mais fracas. E permanece idêntica quando se olha para a percentagem de alunos com Ação Social Escolar (ASE) e para a qualificação média das mães, significando que escolas com estatutos sociais semelhantes têm desempenhos muito diferenciados por via do seu quadro docente ser mais ou menos estável. Faz todo o sentido. Pessoas

envolvidas e comprometidas com o seu trabalho têm desempenhos mais elevados do que os colegas que estão de passagem, que não chegam a conhecer a comunidade onde a escola se insere e não se envolvem em atividades de médio e longo prazo.

Finalmente encontrei uma utilidade para os rankings! Desta vez os dados permitiram verificar e compreender a importância de criar mecanismos de contratação e retenção de professores que permitam a estabilidade dos quadros docentes. Sabemos que o momento é de grande carência de professores, que muito se agravará nos próximos anos e que a sua distribuição é muito desigual no território. Aliás o problema de poucos professores no quadro é muito mais grave no Sul do que no Norte, com um enorme impacto nos resultados dos exames dos alunos do 9.º ano.

Estes dados constituem mais um alerta para a necessidade de um olhar sério e de longo prazo sobre a profissão de professor e sobre como criar mecanismos de atração e retenção destes pilares da educação. Parece-me que os rankings são apenas momentos de distração que criam a ilusão de que a variável determinante é o estatuto público-privado. Bem sabemos que não, mas desta vez conseguimos avançar mais um pouco e verificar que a percentagem de professores efetivos nas escolas tem um impacto muito maior.

As escolas têm pouco poder, as decisões em Portugal são muito centralizadas, principalmente no que se refere à formação, recrutamento, colocação e retenção de professores, que continua a ser matéria da exclusiva responsabilidade do poder central. O próximo ministro da educação deveria colocar um único ponto na sua agenda política, tratá-lo como uma missão e garantir que consegue criar mecanismos adequados para que as escolas possam ter professores e que estes sejam efetivos e permanentes. Portugal daria o exemplo, sendo o primeiro país a resolver este problema, era um grande feito, catapultando o futuro ministro para um nível de competência sem precedentes.

Investigadora em educação, CIES-Iscte